

521
pelas municipal pelo prefato anterior, na verdade era o dinheiro recolhido do
próprio trabalhador sob a desculpa de que seria repellido para o uss e
que na verdade não era recolhido a fazenda pública. O dinheiro rebolava
para o município em forma de abono, o que era na verdade "para todos".
Mas que por isso defendeu reforma profunda no modelo de governo, visto que
o atual modelo conduzia Cabo mo para o abismo da falência, no que enarra-
ria para não havendo mais credores para o uso da tribuna, e nem "governo"
para a deliberação das matérias constantes da Ordem do dia, o Senhor Presidente
reuniu o presente Conselho em nome de Deus E. para então mandar que
se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação do
município, aprovada, seria assinada para que produzisse seus efeitos legais.

Rita Schmidt.

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
na do Segundo Período Legislativo da
Câmara Municipal de Cabo mo, realizada
em no dia 08 (oito) de maio do ano
de 2008 (dois mil e oito).

As depois horas do dia 08 (oito) de maio
do ano de 2008 (dois mil e oito) sob a presidência em exercício do Senhor
Alexandre dos Santos Anna e com a presença da Primeira Secretária "el
ha" pelo Vereador Alfredo dos Santos Gonçalves, reuniram-se deliberando
le a Câmara Municipal de Cabo mo. Além disso, responderam a chamada
da vigintésima e segunda vereadores: Luiz Silva da Rocha, Fábio do Santo
Fischer, Rita Schmidt Ferreira, e Luiz Rodrigues da Silva. Havendo número
vigintésima, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em no-
me de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata da Vigésima
Primeira Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. Não havendo ex-
pediente para ser lido, o Senhor Presidente transferiu a tribuna ao Sr. Dr. João
Machado. Depois a tribuna como primeira ordem do dia, o Sr. Dr. João
do Santo Fischer, que após as saudações de praxe, afirmou que mais uma
vez lamentava o esvaziamento das Sessões do Legislativo, destacando que
tal fato contribuía para o desvirtuamento da Câmara Municipal diante da so-

vidade. Disse que o político no cenário nacional tinha sua maior brechó, e assim, também, em Cabo Rico a falta de quem lapa com que inclusive suprimiu requerimentos na Secretaria da Casa solicitando reduções. Disse que a imprensa tinha visto que havia e-recp de presentes, candidato que eram na realidade votos e propugnar a subversão do legislativo municipal que estava acumulando de plácios em virtude da constante falta de quem a seguir, disse que novamente fugiu solituegi ao brechó, no sentido de que fosse suprimido o valor das subvenções, o que inclusive fora um pedado do taxistas que acompanharam os ônibus e exigiram a compensação dos atos deplacabros. Continuando, comentou sobre a vitória do América sobre o Flamengo, infelizando que o dia 7 de maio deveria honrar a vir o dia do América no dia de Janeiro. E seguir, disse que o jornal que fugiu publicação para o brechó brechó, publicara matéria sobre a compra pela prefeitura de estas básicas no valor de e-recp de quatro milhões de reais, que se, em seu meio eram ante mil e as básicas mesmas disse que ele próprio havia denunciado em outra ocasião a compra de água por um valor muito superior ao normal. Justificou quanto a troca de votos pelas estas básicas. Disse que a lei eleitoral já em vigor era clara e nenhum governo poderia criar profito social no período que antecedeu os eleições. Disse que a condade preso em ano de eleições já conhecida, visto que em eleições passada ele próprio denunciava fatos semelhantes, quanto no governo Olívio Correia houvera a distribuição de entre mil estas básicas que foram quantidades num galpão da empresa Babom e distribuídas em época de campanha eleitoral. Disse que a época, quando acabou a eleição acabou o programa social. Continuou a seguir que na atualidade o governo Soares deveria lançar mão do dinheiro do vário público para implantar programa eleitoral. Disse que ninguém podia dizer que ele era contra programas sociais, apenas questionava a legalidade do programa. Disse que já futura do juiz eleitoral em recente entrevista, a próprio fizesse estava aberta para aplicar os valores finais. Assim, o mesmo deveria já ter finura da compra das estas básicas por cerca de quatro milhões de reais. Disse que não sabia quem chamava a atenção na matéria por o preço do aluguel do equipamento público, em virtude de que ao vender seu próprio equipamento dando a medida do dinheiro e financiando a diferença, o mesmo lhe saiu por vinte, e até mil reais, um edital de aluguel de um palme 2001, estava o prefeito e-

de vinte e sete mil reais. Disse que ao averiguar em dois locadores, o de
 qual de um carro igual estava por dois cinquenta reais. Disse que não sabia
 se o usuário regia a Prefeitura ou os autos eletrônicos. Quando observou
 que era desnecessário antes da Prefeitura o locador de carro, sob a justificativa de
 que seria mais barato, quando na verdade seria a inversão particular. Os
 de renda, que era necessário colocar um pouco de moralidade na administra-
 ção pública. Valeu também da angústia do servidores municipais, uma vez
 que a verificação estava em andamento na cidade. Disse que a folha de pagamento
 da cidade tinha e não por tanto do quadro era de funcionários de estrutura
 e o restante era contrato. Disse que na educação recente por tanto era de funcio-
 nários efetivos e o restante era de contrato. Disse que o contrato por tempo de
 determinado não deveria ser uma emergência, assim, a folha de pagamento
 da Prefeitura não tinha a uma pequena auditoria. Disse, que nas ruas
 já haviam montados de Rodo frio era colocada uma nova camada de vinte
 centímetros de asfalto, ou seja, fazia-se o recapamento do que já estava
 pronto, quando a quantidade da pavimentação, incluindo redes de águas
 pluviais, mais rio, e esgotos estava mais de um milhão de reais.
 Continuando, relatou que em outra rua fora colocado asfalto sobre os fa-
 raleiros que também estava mais de um milhão de reais, e que daquela
 forma não avançavam discursos de moralidade administrativa. Disse que
 havia o problema de uma bagagem e seria muito triste o fim, no que era
 na sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o vereador Orlando Gonçalves, que
 inicialmente produziu as mudanças de praxe. A seguir, disse que as vezes já
 lavam que ele era holístico, mas quando ocupava a tribuna era para falar
 sobre o que primava e arquitetura. Assim, as vezes se perguntava até onde
 ia sua competência como vereador da cidade de Rodo frio. Disse que na
 primária anterior fora produzido por algum dispositivo que afirmaram que
 havia sido primário a eles, mas para realizações de jogos amadores.
 Resumindo com a situação, fora produzido o órgão competente e convida-
 do para participar de uma reunião, não defendeu o governo e empenha-
 ra sua palavra que os holos seriam entregues aos atletas. Disse que já
 se via a surpresa sempre conhecimento de que fora questionada sua presença
 a cidade reunião por parte da administração do Executivo Municipal, o
 que não conseguiu compreender, visto que as mesmas pessoas a quem ele

defendeu questionar sua presença, o que foi este, era um nicho de que ele sempre trabalhara e defendia o espólio no município. Semelhante a seguir, que a pessoa que se deu presente do governo jamais havia participado de nenhuma reunião. Quando chegou um recado ao Secretário de Espólio de Lobo Rio, informando que estaria presente em qualquer reunião, em decorrência de que não havia o "voto pinto" (sic) com ninguém, se mesmo antes de ser eleito sempre fora presente nas ligas, não seria durante a parte da qual a data, disse, que como pôde ser como educado defendeu o espólio na cidade de Lobo Rio. Em aparte, o vereador Gálio solidário, que se ao orador e afirmou que o mesmo tinha o direito de ingressar qualquer espólio, visto que era membro do Conselho Municipal, e a data de Lobo Rio, assim via ainda era natural, o que não era natural, era o ex-secretário excluído do quadro da Associação de Espólio, no processo de desvio de dinheiro, continuar na Secretaria de Espólio para tomar esclarecimentos sob o pretexto de que a data do ex-secretário era somente de fachada e o relato do vereador Alfredo Gonçalves confirmava o que todos ouviam na cidade. Disse ainda, que apesar de não ter sido comparado à audiência, o inquérito civil público havia a verdade do fato. Disse que o vereador tinha a solidiedade do nome dele, o governo deveria ser punido pela prática de homicídio e perversão, o vereador Alfredo Gonçalves, disse que não responsabiliza o governo, mas as pessoas em responsabilidade para avar em determinação dos atos da administração municipal. Disse que jamais abriu sua boca para comentar nada acerca do ato do ex-secretário, porém ninguém tinha o direito de falar em relação a sua atuação na cidade reunida, isso ele não admitia, visto seu passado na atuação em prol dos idosos e adolescentes da municipalidade. Disse que algumas pessoas, no passado, pensam em abster-se seu trabalho, todavia tais pessoas deviam ter cuidado em mencionar o seu nome visto que seu passado era de família e fora sempre coerente na luta em benefício da solidiedade. Disse a seguir que tinha boas representações para os desportos, futebol e quinhentos reais, que tal soma era irrisória para a Secretaria que tinha um orçamento de cerca de dois milhões de reais. A seguir, disse que a liga deveria se organizar para que não precisasse ir ao legislativo pedir dinheiro para cumprir suas promessas. Ao final, observou que todos deviam ter responsabilidade sobre seus projetos. Reduziu o custo pelo seu desabuso, disse que algumas pessoas tinham a imagem de ladrão, no entanto todos

As vezes que tinham direito de nome estava a postos na tribuna para de-
fender-se, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores, muitos
para o uso da tribuna e nem quem para a deliberação das matérias
na Ordem do Dia, o Senhor Presidente enuncia a presente Sessão em nome
de Deus E, para comter mandar que se lavrasse a presente Ata, que depois
de lida, subscrita e aprovada, lida, aprovada, será assinada para que
produza seus efeitos legais.

[Assinatura]
Bento Schumdt

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo da Câmara
Municipal de Lobo Pro, realizada no dia
13 (treze) de maio do ano de 2008 (dois mil
e oito).

Indisposto horas do dia 13 (treze) de maio
do ano de 2008 (dois mil e oito) sob a presidência do Senhor Desembargador
Mário de Aguiar e com a presença "ad hoc" da Senhora Secretária Jéssica Viana
e do Sr. Bento Schumdt de Lobo Pro, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal
de Lobo Pro. Após a leitura, responderam a chamada regimental os seguintes vere-
dores: Desembargador Mário de Aguiar, Desembargador Alexandre Luis Sant'Anna,
Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, Jânio do Santo Rêgo, Jodan Cândido de Agui-
ar, Paulo Henrique Correia de Sant'Anna, Luiz Bachado da Cunha, Jéssica Viana,
José Rêgo e Valery Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor
Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. E requer, para
ser aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária
do Segundo Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o
Senhor Presidente voltou ao Senhor Primeiro Secretário e a leitura do Expedien-
te que contém do seguinte: Projeto de Lei nº 39/2008 - Projeto de Lei nº 35/2008 - Projeto de Lei nº 048/2008, ementa: Altera normas pa-
ra parcelamento, uso, ocupação e edificação do solo urbano das áreas
que abrangem a da cidade providências, requerimento nº 059/2008. Vota-
ção por maioria simples, aprovada. Requer do Sr. Bento Schumdt de Lobo Pro, em nome de Deus, para que se lavrasse a presente Ata, que depois
de lida, subscrita e aprovada, lida, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.